

DIREITO FUNDAMENTAL A MORADIA E A DESIGUALDADE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)

Ciências Sociais Aplicadas

MARTINS, Beatriz Midlhey¹ (beatrizmidlhey_bia@hotmail.com);
BATISTA, Cláudia Karina Ladeia² (claudiabatistadv@hotmail.com).

A presente pesquisa, buscou analisar os impactos que o período pandêmico acarretou à moradia dos brasileiros, bem como as medidas que o país tomou para a proteção desse direito, essencial para a autoproteção. Foram levantados estudos sobre o acréscimo de aproximadamente 16 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, e repercussões sobre os impactos sociais, econômicos e políticos. Foram realizados estudos sobre propostas de políticas públicas visando a proteção dos milhares que sentiram os efeitos, que vai desde a impossibilidade de pagar o aluguel como o de pagar por serviços básicos, o que atingiu com maior força pessoas que já sofriam com a falta de moradia e/ou déficit habitacional, nas áreas mais pobres do país. Foram realizados também, estudos sobre o Auxílio Emergencial e como a pandemia aprofundou a crise da moradia devido a inação pública na política de aluguéis. Diante disso a pesquisa se mostra relevante no âmbito social atual, uma vez que o cumprimento dos direitos também deve ser exigido administrativamente perante o poder Executivo e Legislativo. Pode-se alcançar todos os objetivos propostos no projeto, quais foram, pesquisar e identificar as normas atuais sobre tratamento conferido pelo ordenamento jurídico brasileiro, identificando a (in)suficiência da atuação do estado, sobretudo envolvendo a proteção e saúde, e como podem promover a melhoria da proteção dos direitos para com a pessoa humana, que atualmente não se mostra proativa. Com a conclusão desta pesquisa observa-se que é preciso que o estado se prontifique a assegurar a preservação dos direitos, e além de preservar medidas efetivas e eficazes, é preciso políticas que brindem condições dignas que garantam o respeito aos direitos fundamentais expostos na Constituição Federal brasileira. A pesquisa foi realizada mediante o emprego do método dedutivo, a ser levada a efeito por meio da pesquisa bibliográfica e documental consistente em levantamento de textos teóricos sobre a temática, bem como textos legislativos, dados oficiais, materiais jornalísticos atuais decorrente do tema exposto, entre outros. Por fim, a luta por direitos é uma importante forma de exigibilidade, a começar por medidas e ações para reforçar as economias nacionais e globais, assegurando dignidade, respeito e proteção aos cidadãos como expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à Moradia; Dignidade Social; Covid-19.

AGRADECIMENTOS: Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de Iniciação Científica à Beatriz Midlhey Martins.